

VI

O rodo cotidiano e as perspectivas teóricas para o Serviço Social

Dandara Vianna

Introdução

O Serviço Social se insere no âmbito da divisão social e técnica do trabalho como uma profissão interventiva nas expressões da “Questão Social¹”. Para um olhar desatento, as intervenções profissionais aparentam ser de meras ações sociais em resposta à pobreza. Mas, embora fique obscurecido no cotidiano, o Serviço Social sempre desempenhou um papel político e seu exercício profissional cumpre com interesses do capital no âmbito da luta de classes, bem como, as expressões da Questão Social não são fenômenos simples ou apenas um acaso dos desafortunados, de modo que a intervenção do Serviço Social se articula com processos de dimensão estrutural no âmbito das relações sociais.

Para o seu exercício profissional, os assistentes sociais devem se transformar em profissionais competentes para compreender o seu papel nas relações sociais, bem como o direcionamento das políticas sociais nas quais estão inseridos e o conteúdo da sua intervenção. É necessário conhecer os processos sociais como totalidades que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que possuem níveis diferentes de complexidade.

No decorrer da trajetória histórica da profissão diferentes perspectivas teóricas serviram de lentes para que o Serviço Social analisasse a sociedade e realizasse sua intervenção no cotidiano dos usuários. Neste capítulo buscaremos analisar a prática profissional no cotidiano apresentando, brevemente, a perspectiva positivista e a teoria crítica de Marx. Longe de ser um “manual” ou uma “receita de bolo” de como ser um bom profissional ou ter uma boa prática, em nosso texto apenas problematizamos a prática baseada na aparência e na imediaticidade; reafirmaremos a importância de investigar a realidade para realizar a intervenção profissional, além de apontar qual o impacto do positivismo e da teoria crítica no exercício da profissão.

1. O cotidiano e a intervenção profissional

*“A ideia lá comia solta
Subia a manga amarrotada social
No calor alumínio
Nem caneta nem papel
Uma ideia fugia*

¹Para a compreensão do termo “Questão Social” neste artigo, tomamos como referência a análise presente nas obras de Netto (2001) e Iamamoto (2010) que compreendem a “Questão Social” como desdobramentos sociopolíticos da sociedade burguesa, posta no marco da contradição capital x trabalho. A análise dessas obras explica que a organização dos trabalhadores em reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho obrigou o Estado a produzir respostas às necessidades da classe trabalhadora desse modo a “Questão Social” ganhou seu significado

Era o rodo cotidiano
Era o rodo cotidiano
Espaço é curto, quase um curral
Na mochila amassada, uma quentinha abafada
Meu troco é pouco, é quase nada
Meu troco é pouco, é quase nada”
O RAPP A

O cotidiano é um espaço de construção permanente repleto de limites e possibilidades, nele a resignação e mobilização dos trabalhadores acontece, bem como as práticas de manutenção e de ruptura com a sociedade burguesa. Nesse sentido, podemos afirmar que o cotidiano é tão rico quanto a própria luta de classes.

Para o Serviço Social, o cotidiano gesta desafios que exigem competência na articulação das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica da profissão. Assim, no cotidiano da vida profissional é exigido do Serviço Social uma capacidade de elaboração interventiva estratégica e coerente com o projeto ético político profissional².

Do mesmo modo, como as demais profissões inscritas na divisão social e técnica do trabalho, se espera que o/a assistente social dê conta da tarefa de provocar alterações na realidade dos sujeitos a partir de sua formação profissional. De acordo com Guerra (2013),

O cotidiano como espaço de realização da reprodução das individualidades e da sociabilidade é um locus privilegiado para o assistente social. Este não apenas tem um cotidiano profissional como atua no cotidiano de outros sujeitos, em geral, visando uma modificação imediata dos mesmos (Ibid.; p.40).

Por outro lado, o cotidiano pode obscurecer o conteúdo das relações sociais capitalistas, sendo um terreno frutífero para a desistorização e despolitização das expressões da Questão Social. Logo, um dos maiores desafios gestados na vida profissional é o de não reproduzir uma prática vazia através de respostas mecânicas e burocratizadas às demandas. Isto posto, o/a assistente social não deve se tornar apático e limitada a compreensão imediatista do cotidiano, na qual ele se transforma em um rodo que arrasta a rotina.

Utilizamos aqui o termo rodo cotidiano que está presente em uma música da banda O Rappa (2003) que faz crítica às condições de vida da população pobre nos transportes públicos. Na música, o termo descreve o dia a dia exaustivo e repetitivo da classe trabalhadora indo e voltando do seu trabalho. Contudo, o rodo cotidiano se expande para além do dia a dia do transporte público e elucida um *modus operandi* automático que arrasta diariamente o trabalhador e o limita à satisfação das necessidades imediatas e nada mais.

Neste rodo cotidiano, o Serviço Social está inserido num contexto em que o acompanhamento do caso não é mais valorizado do que a resposta pontual e imediata que

² O Serviço Social no Brasil dispõe de um projeto ético-político fruto de um amadurecimento profissional e luta política Segundo José Paulo Netto (1999), este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/ dominação de classe, etnia e gênero, tendo como núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central- a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas. O projeto ético-político do Serviço Social está traduzido no Código de ética profissional, na Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão, nas resoluções e no compromisso do conjunto CFESS-CRESS, nas Diretrizes curriculares estabelecidas pela ABEPSS, no direcionamento hegemônico da produção intelectual do Serviço Social etc.

faz a “fila” diária de famílias empobrecidas andar mais rápido. A vasta demanda de atendimento se contrasta, em muitos casos, com uma equipe pequena e insuficiente. A “resposta do problema” da população pobre não soluciona, mas ameniza momentaneamente e vem em forma de um cartão³. Assim, como diria o poeta, o troco é pouco, é quase nada (O RAPP, 2003).

Somada a este cenário, no rodo cotidiano, a prática profissional se traveste com uma aparência burocratizada e apolítica; e o/a assistente social enquanto um/a trabalhador/a especializado/a que precisa vender sua força de trabalho e que está submetido às exigências da instituição que o contrata, tem condições de trabalho precarizadas pela neoliberalização das políticas públicas e desproteção ao trabalho.

Contudo, a alteração que o Serviço Social realiza na vida dos usuários dos serviços tem um lugar importante no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Apesar de aparentar ter fim em si mesmo, no seu dia a dia, o significado da prática profissional não é neutro ou meramente superficial. Portanto, é de suma importância que o/a profissional compreenda o conteúdo da política em que está inserido, bem como o conteúdo da sua intervenção.

Para tanto, o/a assistente social deve não se limitar a uma intervenção baseada na aparência fenomênica dos casos e adotar um rigor investigativo com relação à análise da realidade, compreendendo em qual aporte teórico está se apoiando. As teorias subjazem pressupostos teórico-metodológicos e visões de mundo e nos conduzem a uma determinada postura diante do real que pode ser de sua manutenção ou transformação (IAMAMOTO, 2013). Nesse sentido, apresentaremos nos próximos itens desse capítulo as perspectivas teóricas que se vinculam a projetos profissionais em disputa no interior da profissão e as suas respectivas contribuições para a prática profissional.

2. Positivismo e Serviço Social

Para a compreensão do efeito das abordagens teóricas na prática profissional do/a assistente social, precisamos inicialmente pôr em evidência as raízes históricas dessas abordagens no interior da profissão e como elas se vinculam aos interesses em confronto na luta de classes.

Segundo Iamamoto (2013), o Serviço Social emerge da iniciativa de grupos e frações da classe dominante que se expressam através da Igreja. A autora explica que a profissão se expande como parte de uma estratégia mais ampla do bloco dominante para o controle do proletariado. Sobre esse papel estratégico do Serviço Social, Iamamoto aponta:

Essa estratégia visava criar um tipo de socialização do operário adequada às condições da nova vida industrial, ao ritmo e à disciplinarização do trabalho que fortalecesse as bases de legitimidade para o exercício do poder de classe: a dominação político-ideológica e a apropriação econômica. O Serviço Social surge e se desenvolve como profissão na divisão social do trabalho com algumas características, a saber: como parte de uma estratégia de classe, de um projeto para a sociedade que preside suas origens e seu desenvolvimento, o do bloco no poder; surge tão como um tipo de ação social que é essencialmente política, mas que

³Referência aos programas de transferência de renda destinados às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Os programas utilizam o CadÚnico, como base para definição dos beneficiários e os valores do benefício são pagos mensalmente, por meio de Cartão Magnético.

aparece travestida da aparência de atividades dispersas, burocráticas, descontínuas, de caráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento de benefícios sociais (Ibid.; p. 204).

Sendo assim, a profissão cumpriu, desde suas raízes, um papel essencialmente político, no qual através das suas ações sociais contribuía para as necessidades de desenvolvimento do capitalismo monopolista, lapidando o comportamento dos trabalhadores em conformidade aos interesses da burguesia.

Do ponto de vista da sua herança intelectual, o Serviço Social floresce no universo cultural do pensamento humanista-cristão e, no decorrer de sua história, irá se secularizar e absorver outras referências importantes para a construção do seu fazer profissional. Apesar da laicização, uma característica forte do Serviço Social nos seus primórdios até a virada da profissão na década de 1970, identifica-se o predomínio do pensamento conservador. De tal modo, durante as primeiras décadas de sua existência, não houve no interior da profissão um arsenal teórico significativo que questionasse a estrutura da sociedade capitalista e suas expressões na vida da classe trabalhadora.

Mediante o exposto, a visão dos profissionais a respeito da Questão Social e suas expressões estava permeada por um teor moralizador. Logo, as intervenções na vida dos sujeitos a partir dessa base não fugiam de uma tentativa de correção moral, extremamente necessária para a instrumentalização do Serviço Social para os fins de dominação político-ideológica de classe.

Nos anos 1940 e 1950, com o desenvolvimento das escolas brasileiras especializadas em Serviço Social, em simultâneo com o processo de secularização e ampliação do suporte teórico científico, a categoria recebe forte influência das ciências sociais. A formação profissional embebeu-se do empirismo norte-americano, caracterizado por um tecnicismo advindo da mistura da psicanálise, da sociologia positivista e do funcionalismo. Assim, o trato da Questão Social era focado na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial (Idem, 2013).

As ciências sociais foram de grande importância para o amadurecimento intelectual do Serviço Social. A sociologia funcionalista de Durkheim e a sua metodologia serão tratadas com mais atenção neste capítulo. Cabe ressaltar que a sociologia é resultado do processo de divisão das ciências que advém da fragmentação do conhecimento. Este movimento na produção do saber está diretamente articulado com o deslocamento da burguesia de força motriz revolucionária para o seu atual lugar de classe conservadora da ordem.

Émile Durkheim é considerado o pai da sociologia. Dando continuidade à teoria positivista de Comte, este intelectual propõe a criação de uma ciência particular da sociedade e do método da pesquisa sociológica que tem como objeto de estudo os fatos sociais (GIANNOTTI, 1983).

Para ele, no fazer sociológico, devemos deixar de lado nossas pré-noções e, assim, compreender o objeto, construindo uma análise verdadeiramente científica. O autor defendia que o sociólogo deve e pode ser neutro em relação ao seu objeto. Para tal fim, é imperativo se manter fiel ao método e estudar os fatos sociais como coisas. Desse modo, a análise seria imparcial e distanciada do senso comum. No trecho a seguir, podemos observar um pouco do detalhamento do método:

Devemos afastar essas deduções que, em geral, não são empregadas senão para fazer figura de argumento e justificar, a posteriori, sentimentos preconcebidos e

impressões pessoais. A única maneira de chegar a apreciar de maneira objetiva a divisão do trabalho (leia-se, os fatos sociais) é estudá-la primeiro em si mesma, de uma maneira totalmente especulativa, investigar a que ela serve e de que depende – numa palavra, formar a seu respeito a noção mais adequada possível. Feito isso, estaríamos em condições de compará-la com outros fenômenos morais e de ver que relações ela mantém com eles (DURKHEIM, 1995; p.8).

O autor desenvolve seus estudos na emergência da sociedade moderna, tendo como preocupação compreender como essa sociedade complexa se mantém integrada. Para tal, Durkheim tem como referência as ciências da natureza e as usa como modelo do método sociológico. Ele traça um paralelo entre a sociedade e um organismo vivo, no qual cada parte exerce uma função para o funcionamento saudável deste organismo. Assim como os órgãos do corpo humano, cada instituição e indivíduo atuam como partes de um todo integrado que deve se manter coeso. A manutenção da integração da sociedade depende que seus membros assimilem os valores e regras do organismo vivo que são definidas por Durkheim como consciência coletiva:

O conjunto das crenças dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. É a mesma no Norte e no Sul, nas grandes e pequenas cidades, nas diferentes profissões. Do mesmo modo, ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras as gerações sucessivas. Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, enquanto só seja realizada nos indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira (Ibid.; p. 50).

A consciência coletiva é capaz de coagir ou constranger os indivíduos a se comportarem de acordo com as finalidades coletivas. Nas palavras do autor, a consciência humana que devemos realizar integralmente em nós é a consciência coletiva do grupo em que fazemos parte e que fundamenta as regras morais que conduzem a vida social. Dessa forma, Durkheim aponta que todos os indivíduos são dotados de moral porque vivem em sociedade e ela representa a doação do indivíduo para o todo social.

Segundo o pai da sociologia, a moralidade consiste em ser solidário. Assim, infere-se que a sociedade está perpassada por laços de solidariedade que desempenham o papel de integração geral.

Ora, o que faz nossa personalidade é o que cada um de nós tem de próprio e de característico, o que nos distingue dos outros. Portanto, essa solidariedade só pode crescer na razão inversa da personalidade. A solidariedade que deriva das semelhanças se encontra em seu apogeu quando a consciência coletiva recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela. Mas, nesse momento, nossa individualidade é nula. Ela só pode nascer se a comunidade ocupar menos lugar em nós. (...) Se temos uma viva inclinação a pensar e agir por nós mesmos, não podemos ser fortemente inclinados a pensar e agir como os outros. Se o ideal é ter uma fisionomia própria e pessoal, esse ideal não poderia parecer-se com todo o mundo. Ademais, no momento em que essa solidariedade

exerce sua ação, nossa personalidade se esvai, podemos dizer, por definição, pois não somos mais nós mesmos, e sim o ser coletivo (Ibid.; p. 81).

O sociólogo destaca dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica, baseada na consciência coletiva das sociedades primitivas, onde os indivíduos fazem parte dela como um todo por serem semelhantes. Ele chama a solidariedade mecânica de *sui generis*; já a solidariedade orgânica é baseada na complexidade da vida moderna. Ela deriva da divisão social do trabalho, na qual o indivíduo retoma consciência de seu estado de dependência com a sociedade (GIANNOTTI, 1983).

A preocupação dos estudos de Durkheim é compreender como a sociedade se mantém integrada e o conceito de solidariedade é a resposta para essa indagação. Tal integração decorre da interdependência, complementaridade de funções e do compromisso dos indivíduos em buscar o seu objetivo dentro da sua função, mediante o princípio da cooperação.

No âmbito do Serviço Social, a influência do positivismo pôs ênfase na ideia de ajustamento do indivíduo a partir da intervenção profissional, dando continuidade ao conservadorismo moralizador que sempre esteve presente no interior da categoria. Os trabalhadores devem cumprir sua função nesse organismo vivo, conhecido como sociedade, para que ele se mantenha integrado. As expressões da Questão Social devem ser objeto de ações pontuais que visam corrigir comportamentos em desacordo com a integração social.

Para o saber positivo, o capitalismo não é compreendido enquanto raiz da Questão Social e suas expressões, então perde-se a conexão com a totalidade. Pelo contrário, naturaliza-se a Questão Social e sugere-se o aperfeiçoamento da sociedade por meio de reformas que amenizem algumas anomias que colocam em risco o todo.

Além disso, supervaloriza-se a técnica, considerada autônoma, como um fim em si mesma e cientificamente neutra. Segundo Guerra (2009), a racionalidade presente nessa sociologia é a formal-abstrata. Nesse sentido, ela privilegia os procedimentos metodológicos e a noção de neutralidade/ objetividade no conhecimento. Já que para Durkheim, o saber sociológico advém do rigor metodológico e da neutralidade do sociólogo, em simetria, o Serviço Social deve também compreender o exercício profissional como algo neutro, o que resulta em um obscurecimento do conteúdo da prática profissional e do cotidiano.

Guerra (2009) explica que em Durkheim a razão se constitui em um meio formal de recepção do real, ficando reduzida a procedimentos intelectuais através dos quais se apreende a forma pela qual o objeto se apresenta. Sob influência do aporte teórico e metodológico do positivismo, temos um Serviço Social que valoriza seu caráter técnico-especializado, mas pouco se interessa pela investigação das múltiplas determinações do real. A essência da realidade é deixada de lado junto com a historicidade. Nesse sentido, a apreensão que se faz do cotidiano é apática e apolítica; e a sociedade burguesa não é questionada na sua dinâmica e estrutura.

3. Teoria crítica e Serviço Social

A categoria profissional, no seu movimento de reconceitualização, se enriqueceu de um acúmulo teórico que coloca em xeque a falácia de um Serviço Social meramente técnico e apolítico; o que resultou no posicionamento hegemônico da categoria em prol da classe

trabalhadora que está contido no atual projeto ético-político da profissão. Salientamos que, a princípio, o Serviço Social recebeu a influência de um marxismo vulgarizado, ainda com marcas positivistas e no decorrer da sua trajetória construirá uma análise mais madura sobre o marxismo.

A teoria crítica - perspectiva teórica que conduziu a reconceituação crítica do Serviço Social - e seu método, tem particularidades que fizeram a categoria pensar o Serviço Social dentro das relações sociais do capitalismo, superando a visão endogenista da profissão e contribuindo para o giro no interior do Serviço Social (IAMAMOTO, 2013)

Diferente de Durkheim que exaltava a neutralidade para o estudo da sociedade, a teoria de Marx tem como uma das suas características centrais, a sua clara demarcação ideopolítica em prol da luta da classe trabalhadora. Assim, a teoria social crítica não é um mero método de conhecimento e está vinculada a um projeto revolucionário presidido pela força criadora do trabalho.

Outra importante contribuição de Marx é que seu método não é um conjunto de regras que o pesquisador escolhe para enquadrar seu objeto; o método é resultado de uma longa investigação de quase 15 anos, na qual Marx se dedicou a compreender a dinâmica do Capital. Para tanto, o alemão buscou ser fiel ao objeto para extrair as múltiplas determinações do real e construiu uma concepção materialista e dialética da história humana, avançando criticamente a partir do tripé do pensamento moderno: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (NETTO, 2011)

Em sua jornada teórica, o autor foi influenciado pela crítica à filosofia de Hegel feita por Feuerbach que defende um materialismo humanista naturalista. A partir dos seus estudos sobre esses dois autores, Marx reelabora a dialética hegeliana, unindo o princípio da dialética ao corpo do materialismo, o que resulta no que conhecemos como materialismo dialético. Assim, ele chega ao materialismo histórico que parte da realidade concreta (MARX E ENGELS, 1989)

O autor considera que as condições materiais existentes em uma sociedade são a base da consciência humana. Daí a contraposição a Hegel que acreditava que o processo do pensamento era criador do real, sendo o real apenas uma manifestação externa. Em síntese, Marx dá um giro na dialética de Hegel e a coloca de cabeça para cima.

Marx e seu amigo Engels também teceram críticas aos jovens hegelianos na obra Ideologia Alemã (1989). A crítica direciona-se ao idealismo filosófico no qual se enquadram os hegelianos e que, conseqüentemente, os faziam considerar que a libertação das massas advinha da superação ideal sobre os seus representantes alienados e alienantes. Marx acreditava que das bases sócio-materiais existentes se erguem estruturas e complexos sociais, políticos e ideológicos. Nesse sentido, a transformação ideal estava condicionada à transformação das relações materiais vigentes. Como apontamos o trecho a seguir,

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua

vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais (MARX E ENGELS, 1989; p. 19).

Segundo Netto (2011), esta determinação das relações entre o ser e a consciência dos homens em sociedade permitirá a Marx avançar, na segunda metade dos anos 1840, na sua análise da sociedade burguesa.

No seu caminho intelectual, Marx se desloca da crítica da filosofia para a crítica da economia política. O autor polemizou com os intelectuais do socialismo utópico francês por entendê-los como críticos românticos ao capitalismo. A crítica francesa era baseada em apreciações morais ou saudosistas (MONTAÑO, 2013). Nas palavras de Marx, “é supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas forças produtivas – base de toda a sua história. - Porque toda força produtiva é uma força adquirida, produto da atividade anterior”.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (MARX, 2008; p.47).

Na sua crítica à economia política inglesa, Karl Marx trata das leis do desenvolvimento da sociedade burguesa, das condições de seu funcionamento e de mudanças nas formas de produção. O autor extrai da própria realidade a Teoria do Valor-Trabalho, a exploração de mais valia, as contradições e as lutas de classes, a alienação, assim como o imperialismo, a crise capitalista etc. Marx aponta que a riqueza no capitalismo é o resultado da exploração do trabalho alheio, da mais-valia produzida por um trabalhador e explorada pelo capitalista. Nas palavras de Montaño:

Riqueza, pobreza e desigualdade agora não são mais uma determinação divina, mas o resultado do trabalho individual. Marx, ao incorporar a teoria do valor-trabalho, a retira da sua dimensão abstrata e a põe no sistema social concreto, no Modo de Produção Capitalista. Assim, a riqueza (e a pobreza) na ordem burguesa é sim o resultado do trabalho, mas este se realiza como “trabalho assalariado”, cuja força de trabalho é vendida pelo trabalhador e comprada pelo dono dos meios de produção (o capitalista), fundando um especial processo de produção de mais-valia e de exploração. A “teoria do valor-trabalho” (como abstração a-histórica, nos pensadores liberais) assume em Marx, com a “teoria da mais-valia”, concretude histórica com a análise da produção e exploração da “mais-valia” no MPC atingindo os fundamentos do MPC, fundando o “Socialismo científico” (Ibid.; p. 283).

Marx conseguiu compreender os fundamentos de uma sociedade de classes, e apontou um caminho para a sua superação, a revolução proletária. Karl Marx apoiava a luta operária e evocava uma transformação por meio do processo revolucionário no qual a classe trabalhadora chegaria ao poder e eliminaria a propriedade privada. No capitalismo, o conjunto de forças produtivas entra em contradição com as relações da propriedade privada, tornando-se, na realidade social, forças destrutivas. Logo, a classe operária não tem nada a perder e se constitui como força revolucionária para a construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada: o comunismo. O autor elaborou uma perspectiva de Revolução fundamentada na superação da contradição entre o capital e o trabalho.

Segundo Netto (2011), o método científico de Marx implica que o pesquisador busque extrair as múltiplas determinações do seu objeto, tal como o próprio Marx realizou na sua busca em compreender a sociedade burguesa. Netto aponta que a teoria crítica busca a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. O sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do fenômeno, vencendo assim a visão aparente dele. Quanto mais fiel o pesquisador é ao seu objeto, mais fiel à verdade. Nesse movimento de busca em capturar as múltiplas determinações do objeto sendo fiel ao seu movimento, o pesquisador apreende a essência do objeto, em suma, o que faz parte da sua dinâmica e estrutura. Nas palavras de Netto (2011):

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (Ibid., p. 22).

Retomando o Serviço Social, sob a luz da teoria crítica, a profissão aprofundou seu conhecimento sobre o significado das políticas sociais, a prática do Serviço Social, a luta de classes e a sociedade capitalista. Esse acúmulo é resultado de um processo muito trabalhoso de investigação do cotidiano profissional. Por certo, é através da investigação do real que analisamos as Políticas sociais e a Instituição em que estamos inseridos; compreendemos os fundamentos constitutivos e as particularidades das expressões da chamada Questão Social no espaço sócio-ocupacional; apreendemos o significado do trabalho; definimos objetivos da sua intervenção; estabelecemos estratégias socioprofissionais adequadas; avaliamos e escolhemos os melhores instrumentos para atingir seus objetivos profissionais; e intervirmos de forma crítica na realidade dos sujeitos. Segundo Guerra,

Para intervir nas mais diversas sequelas como expressões da “questão social” na vida dos sujeitos, precisamos conhecer a realidade nos seus distintos níveis de abrangência (universal, particular, singular). Estrutura, conjuntura, contextos institucionais, territoriais, familiares cotidianos, precisam se converter em objeto de desvelamento sistemático, de modo que o conhecimento para nós se constitui em parte de nossas atribuições profissionais e da nossa condição de intelectual (GUERRA, 2020; p. 8).

A investigação dentro da perspectiva da teoria crítica é uma atitude ativa do/a assistente social que se direciona a apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a aprendê-lo enquanto processo. Assim, o cotidiano profissional é observado como produto de um processo que tem múltiplas determinações e não apenas uma sucessão de fatos sem mediações e repetitivos. Nesse sentido, a concepção teórico-metodológica de Marx é um farol para esse processo de desnudar o cotidiano e apreender a profundidade das demandas profissionais do assistente social.

Considerações finais

A limitação à imediaticidade encontra terreno fértil na rotina diária de qualquer trabalhador no capitalismo, pois é favorável aos interesses da classe dominante. O exercício

profissional de diversos/as assistentes sociais também pode ser capturado pelo imediatismo que dá ao cotidiano a aparência de um rodo que passa por cima do trabalhador.

Nota-se que para intervir, é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados (GUERRA, 2009). Para construir intervenções profissionais menos automatizadas é preciso se munir de um referencial teórico e metodológico que supere a visão imediatista da realidade. Assim, neste capítulo, problematizamos a prática profissional no cotidiano apresentando duas perspectivas teóricas: positivista e marxista. Como abordado no texto, as distintas opções teórico-políticas da categoria profissional se vinculam a projeto sociais e visões de mundo distintas.

A título de conclusão, compreendemos que a teoria crítica é a munição mais adequada para reagir ao rodo cotidiano e projetar um exercício profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Nela, o/a assistente social aquece a sua prática com a busca inquieta pelo conhecimento profundo da realidade em que está inserido. Em síntese, o/a profissional nutre sua intervenção ao investigar a essência dos fenômenos. Dessa maneira, a teoria crítica estranha o que nos é posto pelo cotidiano como algo "natural" ou "a-histórico" e mune com criticidade nossas respostas ao cotidiano.

Referências

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**, Martins Fontes, São Paulo, 1995.

GIANNOTTI, José. Durkheim: vida e obra. In: DURKHEIM, E. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **CFESS & ABEPSS**. Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda. Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos. In: GUERRA, Yolanda e FORTI, Valéria. **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza-CE, Socialis Editora, 2020. (pp. 31 a 74).

GUERRA, Yolanda. “Expressões do Pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares”. In: **Katalysis**, vol. 16, Florianópolis (SC): UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/04.pdf>

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, Karl. e Engels, Frederic. **A Ideologia Alemã**. SP: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, Carlos. Atualidade e vigência do marxismo no século XXI. **Revista Praia Vermelha**, vol. 23, nº2. Rio de Janeiro: PPGSS-UFRJ, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/3591>.

NETTO, José. Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O RAPPÁ. Rodo cotidiano. In: “**O silêncio que precede o esporro**”. Rio de Janeiro, Warner Music, 2003. CD